

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**LIMITES E POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS  
IMPLICADOS COM OS SABERES NA GESTÃO  
EDUCACIONAL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Geraldo Tadeu Vargas Affonso**

**Sapucaia, RS, Brasil**

**2011**

# **LIMITES E POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS IMPLICADOS COM OS SABERES NA GESTÃO EDUCACIONAL**

**Geraldo Tadeu Vargas Affonso**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Ms. Daniele Rorato Sagrillo**

**Sapucaia, RS, Brasil**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**LIMITES E POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS IMPLICADOS COM OS  
SABERES NA GESTÃO EDUCACIONAL**

elaborado por  
**Geraldo Tadeu Vargas Affonso**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Daniele RoratoSagrillo, Ms.**  
(Presidente/Orientador)

**Cristiane Ludwig, Ms. (UFSM)**

**João Luis Pereira Ourique, Dr.(UFPel)**

Sapucaia, 16 de setembro de 2011.

*Dedico este trabalho aos protagonistas do processo educacional que com suas ações interativas forneceram as informações necessárias para esta pesquisa.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelos dons concedidos que me possibilitaram chegar até esse trabalho.

A Miriam V. Affonso, esposa e parceira na luta e por ter compartilhado as ideias, angústias, algumas tristezas e muita alegria, além do incentivo, sua persistência, tolerância, amizade e o carinho dedicado no transcorrer deste trabalho.

A Mairim Affonso Mendes, minha filha, pela colaboração e o amor dedicado nas ideias e correção ortográfica.

A Professora e Orientadora, Daniele Rorato Sagrillo, com quem aprendi muito, pela paciência e pelo tempo dedicado na orientação que oportunizou a construção deste trabalho.

Aos amigos, antigos e recentes; pelo fato de serem amigos.

*Caminhante, são tuas pegadas o caminho e nada mais;  
Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar;  
Ao andar se faz o caminho e ao voltar o olhar para trás vê-se a  
estrada que nunca se há de tornar a pisar.  
Caminhante, não há caminho apenas trilhas sobre o mar.*

Antonio Machado  
In *Obras, poesias y prosa*. Buenos Aires, Losada, 1964,  
estrofe XXIX.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **LIMITES E POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS IMPLICADOS COM OS SABERES NA GESTÃO EDUCACIONAL**

AUTOR: GERALDO TADEU VARGAS AFFONSO

ORIENTADORA: DANIELE RORATO SAGRILLO

Data e Local da Defesa: Sapucaia/RS, 16 de setembro de 2011.

Este trabalho propõe uma reflexão nas situações de conflito entre os sujeitos no ambiente escolar, causados pelos entraves nas relações estabelecidas. Nosso objetivo é analisar as articulações dos protagonistas do contexto escolar diante da construção, redação e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas escolas de ensino fundamental, da rede municipal de Porto Alegre, no período entre 2008 e 2009, de modo a verificar como estas articulações contribuem para a democratização da gestão e para a melhoria da qualidade da educação. A investigação do trabalho orienta-se pela análise documental, apresenta uma revisão de literatura enfocada na gestão educacional e na qualidade na educação e o análise dos dados obtidos. Ao longo da pesquisa percebemos que as relações dos sujeitos implicados com os saberes não apresentam asações esperadas e necessárias para garantir o nível de qualidade proposto pelo discurso que permeia a educação. Os resultados alcançados permitem visualizar aspectos da instituição escola que necessitam de nova configuração para que possa constitui-la como um espaço democrática.

**Palavras-chave:** Qualidade da Educação. Gestão democrática. Projeto Político Pedagógico.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **LIMITES E POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS IMPLICADOS COM OS SABERES NA GESTÃO EDUCACIONAL**

(LIMITS AND POSSIBILITIES OF SUBJECTS INVOLVED WITH THE  
KNOWLEDGE MANAGEMENT IN EDUCATION)

AUTHOR: GERALDO TADEU VARGAS AFFONSO

ADVISER: DANIELE RORATO SAGRILLO

Data e Local da Defesa: Sapucaia/RS, 16 de setembro de 2011.

This work proposes a reflection between the subjects on the conflict in school environment, caused by the obstacles in the established relations. Our intention is to examine the joints of the protagonists of the school context on this construction, drafting and enforcement of the POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT (PPP) from two elementary schools from PORTO ALEGRE city from 2008 to 2009. The propose was to check how these joints contribute to the democratization of management and in addition improving the quality of education. The research work is guided by the document analysis that presents a literature review focused on management education and quality in education and data analysis. During the research we realized that the relations of the involved subjects with the knowledge do not have the expected actions to ensure the quality level offered by the discourse that permeates the education. The results permit to visualize the school institution aspects that need a new setting that can constitute as a democratic space.

**Key-words:** Quality of Education. Democratic management. Pedagogical Political Project.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Gestão Educacional .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Qualidade na Educação .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 O Projeto Político Pedagógico: instrumento fundamental para uma perspectiva democrática.....</b>	<b>18</b>
<b>3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Opções metodológicas.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Contextualizando as escolas da pesquisa.....</b>	<b>24</b>
3.2.1 Escola A .....	24
3.2.2 Escola B .....	26
<b>3.3 O PPP das escolas em análise.....</b>	<b>27</b>
3.3.1 Escola A .....	29
3.3.2 Escola B .....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

Os motivos que inspiraram a formulação do estudo sobre os limites e possibilidades dos sujeitos implicados com os saberes na gestão educacional foram a observação realizada na prática como professor, supervisor escolar e assessor pedagógico na análise e auxílio da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas escolas públicas pertencente a rede municipal de ensino de Porto Alegre.

A escolha da temática justifica-se na caminhada iniciada na década de 90, final do século XX, ao aceitar o convite para exercer a função de supervisor escolar, espaço que oportunizou vivenciar diferentes práticas envolvendo os sujeitos dos distintos segmentos da comunidade escolar, na ação de aprender e de ensinar, frente aos desafios na construção coletiva, do PPP.

Nesta vivência, encontramos um cenário remodelado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº9394/96, que outorga as escolas autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Nesse novo contexto nos deparamos com aspectos delineados pelos movimentos sociais, tais como os estudos culturais que suscitaram um olhar sobre as relações éticas, as questões de gênero e sexualidade, bem como a conscientização no cuidado com o meio ambiente e sua influência na saúde física e mental das pessoas, que alteraram a trajetória até então traçada culturalmente para a educação. Estabelecendo novas formas de agir e de pensar sobre o processo educacional.

Ao propor um caminho para pesquisar o cotidiano escolar e, assim ampliar o entendimento sobre o que e como acontecem às relações entre os protagonistas da instituição educativa, na informação, na comunicação e na participação, objetiva-se uma aproximação com a teoria da complexidade, proposta por Morin (2003), que

leva-nos ao paradoxo do uno e do múltiplo e à convivência com a ambivalência. Onde o homem através do conhecimento, interpreta os aspectos ambíguos da realidade, sem desconsiderar sua multidimensionalidade, levando em conta a inseparabilidade entre o pensamento e a ação. (PETRAGLIA, 2001 p. 23).

Nessa aproximação encontramos, como parte do todo da complexidade, o espaço da multirreferencialidade conceituada por Jacques Ardoino como uma abordagem que propõem

uma leitura plural de seus objetos [...], sob diferentes pontos de vista, que implicam tanto em visões específicas quanto linguagens apropriadas as descrições exigidas, em função de sistemas de referências distintos, considerados, reconhecidos explicitamente como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos. (ARDOINO, 1998, p.24).

Do mesmo modo a transdisciplinaridade apresenta-se, conforme Petraglia (1995) como sendo o espaço de intercâmbio e das articulações na colaboração e comunicação entre as diferentes áreas do conhecimento e dos condutores dessas áreas, assim como de todos os integrantes dos segmentos da comunidade escolar, guardada as especificidades e particularidades de cada uma, apresentando a superação e o desmoronamento de toda e qualquer fronteira que possa inibir ou reprimir, reduzir e fragmentar o saber e isolar o conhecimento em territórios delimitados, para compreender e recriar os contextos dos colaboradores da pesquisa e suas vivências frente à coletividade.

Ao pensar em educação nos reportamos para a ação da comunicação que permeia o processo das relações entre os atores educativos, o que também nos remete para a figura do professor e do aluno como atores principais no desenvolvimento do processo de ensinar e aprender. Pensar em educação, também é indicar, a escola, como um local que promove tempo e espaço para o ato criador, estimulador da aprendizagem fomentando a prática de uma cultura democrática. Uma vez que ela

não é apenas o espaço físico onde os sujeitos se movimentam, ela também é o lugar onde acontece um conjunto de estratégias metodológicas, organizacionais, sociais e outras tantas que são especificidades próprias da comunidade onde encontrasse inserida. (TAVARES, 2010, s/p.)

Nesse fio condutor nos deparamos com uma nova concepção de instituição escolar, que nos últimos anos apresentam mudanças significativas movidas por uma legislação que intenciona dar conta de políticas educacionais na prevenção aorecorrente quadro de repetência e evasão, bem como as violências físicas e as drogas, no entanto, as mesmas ainda não representam transformações na qualidade

educacional, nem estão em sintonia com as articulações de uma sociedade no explorar

a possibilidade de trabalhar novos enredos, cujos atores: professores, alunos, pais, responsáveis, líderes comunitários... possam visualizar numa tela do projeto escolar e do processo educativo, interações e interdependências, sentidos, convergências e a necessidade de uma construção coletiva, sem a qual dificilmente se poderá perceber e entender a dimensão holística do processo educativo. (WERTHEIN, 2003, p.9).

Movimentações estas, que tem passado despercebidas pelos protagonistas dos espaços escolares e que muitas vezes nem os pesquisadores em educação demonstram ser importantes, mas que nas experiências profissionais, são consideradas como uma situação que proporciona conflitos culturais e contextuais nas relações do espaço escolar.

Nesse sentido, nosso tema de pesquisa refere-se às situações de participação e nas relações estabelecidas entre os sujeitos que ocorrem no ambiente escolar, para que seja possível o desenvolvimento do principal objetivo da escola, ou seja, a sistematização dos saberes que deve acontecer com uma educação de qualidade.

Sendo assim, o problema de pesquisa foi delimitado da seguinte forma: como o PPP articula o envolvimento dos sujeitos implicados no contexto escolar, bem como no comprometimento com uma gestão educacional que priorize um espaço democrático e de melhoria da qualidade da educação?

Em vista do problema exposto, propõe-se, como objetivo geral, analisar nos PPPs de duas escolas de educação básica, da rede municipal de Porto Alegre, no período entre 2009 e 2010, a inserção da participação da comunidade escolar de modo a verificar se as mesmas contribuem para a democratização da gestão e para a melhoria na qualidade da educação.

Desse objetivo geral, ramificam-se objetivos específicos, com a finalidade de possibilitar melhor compreensão da realidade em estudo, quais sejam analisar como está consolidada, no PPP, a participação da comunidade escolar e identificar em sua redação como a escola faz uso de sua autonomia.

O eixo condutor da presente pesquisa é a análise e a identificação das relações estabelecidas entre os sujeitos que compõe os segmentos da comunidade escolar preconizada no PPP das escolas, com as seguintes dimensões: apresentação da revisão de literatura, sobre a temática da gestão educacional, da

qualidade na educação e o projeto político pedagógico como instrumento fundamental para uma perspectiva de ação democrática, no 2º capítulo e a metodologia e o análise dos dados apresentados e contextualizados nas escolas pesquisadas no 3º capítulo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Gestão Educacional

Ao direcionarmos nosso olhar para a Escola, encontramos várias ações em seu planejamento que devem interagir para que o Projeto Político Pedagógico (PPP) alcance a sua funcionalidade e finalidade, uma vez que, o próprio PPP é o depositário dos anseios, desejos e intenções da comunidade a qual a escola pertence.

Ao olhar o conjunto do cotidiano da escola, em suas práticas e fazeres, é possível observar que em sua constituição, existe uma cultura que coloca a educação como instrumento a serviço do poder, situação esta implantada ao longo de uma história. Iniciada com a chegada ao Brasil em 1549, dos jesuítas, e reforçada pelo golpe de 1964, início do regime militar no Brasil, sem a percepção de que nos dias de hoje já não atende as reais necessidades de seu propósito, ou seja, uma abordagem da sistematização dos saberes, coerente ou não, sobre aspectos da realidade que se relaciona com o cotidiano do sujeito. Uma vez que, os diferentes processos de articulação dos saberes pelos indivíduos ou coletivos se encontram dotados de significados promovendo a construção do conhecimento, e que oportuniza a apropriação de uma prática de vida cidadã. Em sua atual configuração, a educação, propõe com os avanços tecnológicos, mudanças na postura e na ação dos sujeitos, no processo de aprendizagem, tenciona a necessidade de uma readequação no processo de ensinar, mas, que ainda esta distante do espaço escolar.

Atualmente, mesmo cultivando resquícios de tempos remotos, encontramos algumas escolas que, em seu dinamismo, orientam-se para atender as necessidades socioculturais dos seus educandos, imbuídas de uma democratização ainda de fachada, mas apresentando modificações, mesmo que ocasionadas pelo cumprimento de ações determinadas hierarquicamente.

As escolas que tentam burlar as práticas e ações historicamente constituídas demonstram ser um espaço formador para a cidadania, direcionando suas ações

para o rompimento das amarras saudosistas, no sentido de buscar a visualizaçãoda metáfora de Boaventura Souza Santos (2010), e olhar as Epistemologias do Sul – como sendo um espaço de novos conhecimentos, um espaço que oportuniza práticas renovadas e, atenta para diferentes alternativas de uma paisagem que reconstrói outra sociedade, mais crítica e democrática. Formadora de rebeldes competentes e não de conformista.

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

No Brasil, com a reabertura político-democrática, pós Ditadura Militar (1964 – 1985), a Constituição Federal de 1988 chegou para definir a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, conforme o disposto em sua redação:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
 V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;  
 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
 VII - garantia de padrão de qualidade.

Alguns anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, vem reforçar esse princípio, acrescentando ao texto constituinte, em seu Art. 206, Inciso VI, a seguinte frase: “e a legislação do sistema de ensino”. Presente na LDBEN em seu Art. 3º, Inciso VIII, com a seguinte formatação:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;  
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
 VII - valorização do profissional da educação escolar;

- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A partir de então, o tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional. A gestão democrática do ensino público tem sido um dos desafios do século XXI. O horizonte deste conceito de gestão é o da construção da cidadania incluído a autonomia, participação e construção compartilhada dos níveis de decisão. Ela é fundamental para ultrapassagem de práticas sociais alicerçadas na exclusão, na discriminação, na apartação social que inviabilizam a construção histórico social dos sujeitos.

A gestão educacional, na sua esfera macro, está ligada ao processo de articulação das instâncias federal, estadual e municipal ao construir e operacionalizar as normatizações das leis e das políticas educacionais. Já a gestão escolar, em sua esfera micro, está centralizada na articulação do Projeto Político Pedagógico, norteando as ações pedagógicas, administrativas, financeiras e as relações com a comunidade, onde a escola está inserida.

Portanto, a gestão educacional é compreendida através das iniciativas desenvolvidas pelos sistemas de ensino. Já a gestão escolar, situa-se no âmbito da escola e trata das tarefas que estão sob sua responsabilidade, ou seja, procura promover o ensino e a aprendizagem para todos.

## **2.2 Qualidade na educação**

Abordar o tema 'Qualidade na Educação' implica discutir 'o direito à educação', ou seja, o direito ao acesso e a permanência na escola, assim como do ensino e da aprendizagem, ações que devem acontecer no espaço escolar.

A garantia de padrão de qualidade está cimentada no princípio da qualidade que não pode ser vista como critério abstrato de oferta de ensino. Urge desvelar os parâmetros concretos de um ensino de qualidade. O começo deve ser a visualização dos fundamentos éticos deste ensino que devem estar pautado num currículo preocupado na seleção das disciplinas, na integração dos conteúdos, na formulação



dos objetivos de cada programa e na forma da construção da aprendizagem no cotidiano da sala de aula.

O que ocorre muitas vezes, no entanto, é somente a ação dos governos que na intenção de alcançar os índices estatísticos, pressionam as unidades escolares na disponibilização de vagas, principalmente no ensino fundamental, o que não é suficiente para garantia de qualidade. Se nos reportarmos um pouco no tempo temos as ações do governo FHC priorizando o acesso à educação fundamental. Os dados registram que embora 97% das crianças tenham tido acesso à escola, os resultados da aprendizagem continuam 'assustadores'. Portanto, é importante que o acesso seja efetivado, mas que venha associado a políticas que garantam a qualidade e a permanência de crianças, jovens e adultos na escola. Ao que Vasconcelos (2010) denomina de a “síndrome do cobertor curto”.

Quanto à permanência de crianças e adolescentes na escola envolve um conjunto de outras ações como: Incentivar

os profissionais da educação, professores que também sempre, organizadamente, lutaram por melhores condições de trabalho nas escolas e nas universidades, sujeitam-se a trabalhar exaustivamente, sem as condições necessárias à qualidade do ensino e da administração, com salários aviltantes. (FERREIRA, 2004, p.1230)

Na busca de qualificação em sua formação tanto acadêmica, como continuada e na melhoria de seus planos de cargos e de salários; investimentos financeiros, aplicados na infraestrutura das escolas adquirindo: livros didáticos, laboratórios multimídia, espaço para lazer, esporte e arte/cultura e disponibilizar material didático etc; disponibilizar atendimento aos estudantes em locomoção, através do transporte escolar; na merenda escolar e na organização de espaços e materiais necessários para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs; Organizar e estruturar o conselho escolar, entre outros.

Notocante ao aspecto referente à aprendizagem e que implica todas as questões já citadas, não faz sentido à existência da escola se não há 'aprendizagem'... Essa deve ser a diretriz central. Não resolverá discutirmos se não temos clareza de que todos os esforços devem convergir na promoção da aprendizagem das nossas crianças, jovens e adultos.

Nesta linha de pensamento, situamos a epistemologia da complexidade de Edgar Morin, ressaltando suas reflexões contidas nas obras: Os sete Saberes

Necessários à Educação do Futuro (2000), O conhecimento do conhecimento (1999) e Cabeça Bem-feita (2001).

O pensamento complexo segundo Morin (2001) se encontra com a aprendizagem significativa de Ausubel (1982) quando ambos propõem uma educação que desenvolva um conhecimento pertinente, isto é, significativo para o aluno. Ser significativo é interagir com o contexto social de quem o produz, ou seja, o aluno e ao mesmo tempo, deve tecer relações com os conceitos que o compõem. A compreensão dos significados é evidenciada quando ao se apropriar do conhecimento o sujeito redefine-o à luz dos saberes construído anteriormente. Esta apropriação só não acontecerá se a aprendizagem ocorrer através de conceitos fragmentados, isolados, sem relação entre o todo e as partes. O que resultará, neste tipo de aprendizagem é uma repetição de conceitos memorizados que se perderão ao longo do tempo e que não resultarão em novas explicações de mundo nem tampouco em novas reflexões e atitudes.

Mas, será que há este entendimento por parte de todos os educadores e gestores? As políticas públicas têm caminhado nesta direção?

Conforme a reflexão realizada por Ferreira (2004, p.1231)

As políticas públicas, emanadas do Estado, anunciam-se nesse “paradigma” e, mediatizadas por lutas, pressões e conflitos, abrem-se a “possibilidades” para implementar sua “face social”. Nesse contexto de tal gravidade, a gestão da educação, como tomada de decisões, utilização racional de recursos para a realização de determinados fins, necessita ser repensada e ressignificada ante a “cultura globalizada” a partir dessas determinações e à luz dos compromissos com a fraternidade, a solidariedade, a justiça social e a construção humana do mundo.

Ainda pensando na qualidade enquanto aprendizagem, pensamos serem necessárias escolas que promovam o pensamento e a prática científica voltada para a aplicação em prol da sociedade, com a capacidade de participação, o ensejo às artes e aos esportes não apenas como discurso ou como “objetivo” que “reproduzam” práticas de conhecimento livresco, talconsta nos planejamentos anuais como algo a se realizar. As escolas precisam ir além do acesso ao conhecimento, estimulando, nossos estudantes, de forma clara e consistente também a compreensão e, em especial, a utilização destes saberes em suas vidas.

### **2.3 O Projeto Político Pedagógico: instrumento fundamental para uma perspectiva democrática**

Diante de tantos assuntos tratados no âmbito escolar, percebemos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que ganhou significância desde a promulgação da LDBEN - 9394/96, se tornando de fundamental importância, pois por meio dele, define-se a "identidade" de cada escola.

O PPP pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 1999, p.169).

Para apresentar as terminologias empregadas na organização do espaço/tempo da escola, consideramos de grande importância à eficiência no planejamento das ações, para se alcançar os objetivos desejados, essas são condições indispensáveis para obter bom resultado no processo democrático da escola, bem como para melhoria na qualidade do ensino. Portanto, ao abordar uma situação e pensar formas para resolvê-la, torna-se necessário a elaboração de um planejamento que priorize o diagnóstico de ações realizadas, acompanhado de uma avaliação que norteie novas práticas, ou seja, o que temos; não esquecendo os objetivos a alcançar, enfim, o que queremos; e, onde sejam estabelecidos os métodos e técnicas para definir de que forma vamos atuar para alcançar nossas intenções. Na busca, de direcionar e legitimar as ações do processo educacional, que a elaboração de um roteiro permite orientar um coletivo, em prol de um projeto coletivo maior.

Este roteiro é uma proposta de planejamento das ações pedagógicas visando criar melhores condições que oportunize aos alunos encontrar espaço para a construção de seus conhecimentos, a partir dos saberes presentes em seu meio cultural e socialmente elaborado, com a mediação do professor. Planejamento este que denominamos de Projeto Político Pedagógico – PPP.

Mas qual o conceito de Projeto? Entendemos projeto como um esforço temporário, provisório e exclusivo, onde demonstra o diagnóstico, o tempo de duração, à vontade e as ações de uma determinada escola ou comunidade escolar.

O projeto é, normalmente, resultado de várias ações estratégicas, autorizado e congregado pelo coletivo, como consequência de demandas emanadas do contexto escolar e da legislação educacional.

O dicionário etimológico Nova Fronteira (CUNHA, 1986) diz ser a palavra Político um adjetivo relativo à, ou próprio da política, que tem derivação do latim “*politicus*” e do grego “*politikós*”. No entanto, Bobbio (1997) em seu Dicionário de Política, aprofunda trazendo outros conceitos que se constituíram ao longo da história. Bobbio (1997) diz que Político é

Derivado do adjetivo pólis (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política. (BOBBIO, 1997, p.954)

Já o conceito de Pedagógico é mais amplo, etimologicamente, a palavra pedagogia deriva do grego *paídos* que significa criança e *eagein* que significa guiar, conduzir, mas utilizaremos a definição de Ferreira (2004, p.178), que apresenta o conceito como sendo “todo o pensar-agir da escola com o intuito de produzir conhecimento”. É importante esclarecer que,

chamamos de conhecimento as informações interiorizadas pelo sujeito cognoscente, que tomam sentido em sua estrutura cognitiva, ou seja, essas informações junto as demais existentes numa rede de informações lógicas e significativamente relacionadas, passam a ter significado novo, no contexto dessa rede. (MORETTO, 2007, p. 42).

No contexto de nosso estudo, encontramos presente na epistemologia, o conceito de sujeito que tem correlação com a pessoa que pensa, interage, age ou recebe os efeitos da realidade. Uma vez que, nas elaborações o sujeito é sempre aquele que aborda, pensa, perscruta e cogita sobre a realidade. Paulo Freire (1996) faz uma crítica relevante sobre o termo sujeito, fala de alguém submetido, que está sujeito à realidade. O que nos leva a pensar que concernente ao aspecto cultural, formado pela história, as culturas não tem origem totalmente pura, elas são frutos de encontros e de combinações e tem capacidades de interagir com os aportes externos, sem se deixar desintegrar.

Este é um fragmento da visão no complexo movimento do planejamento das ações educacionais e conseqüentemente os conceitos que estruturam o Projeto Político Pedagógico.

Vasconcellos (1999) esclarece que o Projeto Político Pedagógico é o registro do planejamento de todas as ações desenvolvidas na unidade escolar, sendo por meio dele que serão estabelecidas ações e metodologias, assim sendo exige em sua construção a participação de todos os segmentos da comunidade escolar envolvidos no processo educativo.

É preocupante constatar que este movimento na maioria das vezes é feito de forma dissociada. Ao analisarmos alguns documentos percebemos que quase todas as escolas, independente da rede a qual pertence, o PPP tem função figurativa, uma vez que as instituições, não sabem qual é a verdadeira importância e funcionalidade deste documento.

Todavia, acreditamos que uma educação completa nasce e se desenvolve no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, primando pela qualidade embasada nas práticas sociais e nas relações que estabelecem entre si, a escola e a comunidade, na construção da liberdade para a ação de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento, o saber, o pensamento, a cultura e as artes.

Ao resgatar valores e atitudes que nos diferenciam enquanto seres humanos direciona-nos a desbanalizar o que está instituído através da homogeneização de comportamento tido como socialmente aceitáveis, ou seja, nos transforma em domesticadores de mentes obedientes, atendendo uma necessidade urgente de tornar o mundo um lugar melhor para se viver.

Nesse início do século XXI, a educação continua sendo um dos principais pilares para a evolução da sociedade.

Segundo Candau (2000, p.11),

O discurso oficial hoje apresenta a educação como a grande responsável pela modernização de nossas sociedades, por suas maiores ou menores possibilidades de integrar-se no mundo globalizado e na sociedade do conhecimento, que exigem altos níveis de competência e domínio de habilidades de caráter cognitivo, científico e tecnológico, assim como o desenvolvimento da capacidade de interação grupal, iniciativa, criatividade e uma elevada autoestima.

Portanto, falar em gestão democrática é acreditar em uma educação com relevância social e, logo, em uma escola construída a partir da ação coletiva. Dessa

forma, buscar a gestão democrática requer conquistar a própria autonomia escolar que precisa fundamentalmente, de parceiras sólidas e comprometidas com uma educação melhor e inovadora no sentido de proporcionar maiores opções para elevar o conhecimento dos alunos, com objetivos pautados em valores que possam engrandecer as ações e os ideais humanizadores.

Quando nos referimos a uma proposta pedagógica (Projeto Político Pedagógico) pensamos na elaboração de uma série de diretrizes que a escola deve tomar, quais são as exigências e quais são os atores desse processo, quem define o que deve ser mais importante para a escola. Quem são os atores da Gestão Escolar? Quem deve fazer parte da construção ou reconstrução das bases administrativas da escola?

A escola como elemento agregador deve oportunizar espaço para que se estabeleça o diálogo com a comunidade, promovendo uma discussão democrática dentro de uma perspectiva progressista, Veiga(1995), aborda que o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado por todos os implicados com o processo educativo da escola.

O Projeto Político Pedagógico deve ser construído coletivamente, pois quando a escola abre suas portas às famílias e aos membros da comunidade, ela proporciona um diálogo multicultural. Os atores envolvidos discutem o papel social do espaço escolar e as ações a serem realizadas, com o propósito de preparar cidadãos numa perspectiva emancipatória, comprometidos com a transformação da sociedade.

Pensando que a descentralização na administração acontece quando as decisões são elaboradas e executadas de forma não verticalizada, mas sim, horizontalizada; a participação, ou seja, todos os implicados com o cotidiano escolar participam da gestão (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis); a transparência ocorre porque todas as decisões devem ser tomadas pelo coletivo da comunidade para que os mesmos tenham conhecimento e participem dos rumos da escola.

Mas para haver a concretização desse processo democrático é necessária uma tomada de posição frente aos desafios encontrados no ambiente escolar. Portanto, o projeto político pedagógico é apenas o início de um processo coletivo e com diversos desafios a serem superados. A própria construção coletiva do Projeto Político Pedagógico vem a ser desafiante no sentido em que a conjuntura

democrática no país é recente, e, o próprio processo de construção do PPP muitas vezes era imposto por órgãos administrativos ou era constituído de modismos teóricos, portanto desvinculando qualquer participação coletiva. Outros desafios norteadores do Projeto Político Pedagógico estão fundamentados nos princípios de igualdade e qualidade. A igualdade, refere-se a condições de acesso e permanência na escola, conforme inciso I, Art. 3, LDBEN Nº 9.394/96, e na garantia da qualidade do ensino, de acordo com o inciso VI da mesma LDBEN. A qualidade do ensino deve privilegiar principalmente aqueles que estão em uma situação de vulnerabilidade social.

A luta por uma gestão democrática passa pelo caminho oposto ao que vem sendo fomentado pelo projeto neoliberal. Essa luta tem como um dos seus objetivos reorganizar a divisão social do trabalho nos dias atuais, esta divisão ainda é extremamente desigual. A organização do trabalho pedagógico deve estar alinhada a uma proposta que promova debates sobre novas possibilidades de ensino e trabalho. Estes são temas indispensáveis para a constituição de um debate democrático e crítico.

## 3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

### 3.1 A opção metodológica

Metodologicamente a pesquisa apresenta um nível exploratório e descritivo, numa linha de investigação onde a pesquisa com abordagem qualitativa se estabelece como guia orientadora na observação do objeto pela técnica da análise documental. Neste momento, aventura-se uma reflexão sobre o caminho, o tempo e o espaço percorrido pelo ser pesquisador, para que ele possa realizar sua análise, de forma a extrair dos documentos as informações que respondam as indagações de sua pesquisa.

Em meio a essa maneira de pesquisa e pelo histórico registrado é possível observar que, conforme Ludke e André (1986), a análise documental é a constituição de uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos que complementam as informações coletadas através das mais diferentes fontes como: documentos oficiais, tais como leis, ofícios, relatórios, publicações parlamentares: atas, debates, projetos de leis, documentos jurídicos, oriundos de cartórios: registros de nascimentos e mortes, desquites e divórcios, escrituras de compra e venda, falências e concordatas e outros; documentos particulares correspondem aos domicílios particulares: memórias, autobiografias, diários etc.; instituições de ordem privadas, tais como bancos, empresas, partidos políticos, igrejas, associações, em que se encontram: atas, registros, memórias, comunicados, etc.

Assim, todo e qualquer documento é uma fonte de dados, suscetível de ser utilizado na consulta, estudo ou prova.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39).

Nesta ótica, na pesquisa educacional, a maior parte das fontes caracteriza-se pela escrita, mas conforme o objeto de pesquisa também aparecem as formas não



escritas, que fornecem informações relevantes no embasamento do trabalho de investigação.

Para responder os problemas de pesquisa analisei os PPPs de duas escolas da rede municipal de Porto Alegre, com as quais estive vinculado profissionalmente, no período, 2009 a 2010, quando realizamos na rede a reelaboração destes documentos. Sendo que na Escola A, a atividade desenvolvida era na docência e na Escola B, na Supervisão escolar, no início do processo, com o retorno a docência, no final de 2010 a conclusão ficou a cargo de outras pessoas.

## 3.2 Contextualizando as escolas da pesquisa

### 3.2.1 Escola (A)

Localizada na Região Nordeste da cidade de Porto Alegre. Iniciou suas atividades, no dia 01/03/1989, atendendo alunos de Jardim à 4ª série. A implantação do 1º Grau deu-se aos poucos: de 1989 a 1993, com a 8ª série; e, 1994 com o SEJA. Atualmente, a escola trabalha com turmas de alunos de 1º ao 9º ano e o EJA. Sua estrutura compreende:

- Pavilhão A

Possui dois andares e é de alvenaria. No 1º piso possui salas aula, 01 sala de informática, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 sala de materiais, 01 sala de depósito, 05 salas onde funcionam os setores administrativos da escola (Direção, Secretaria, Coordenação de Turno, Coordenação Pedagógica/ Cultural, SOE,). No 2º Piso funcionam salas de aula, 01 auditório, 01 laboratório de aprendizagem, 01 Biblioteca e 01 sala de projetos.

- Pavilhão B

Possui dois andares e é de alvenaria. No 1º piso têm salas de aula, o refeitório e suas dependências e no 2º piso funcionam salas de aula e 01 laboratório de aprendizagem.

- Pavilhão de Madeira

Com salas de aula e 01 sala para a Banda da escola.

- Duas salas de alvenaria com um banheiro onde funcionam as turmas de A10.

- Sala de Dança com vestiário, sanitários, mezanino, closet.

- Ginásio poliesportivo.

- Quadra esportiva.

- Área coberta.

- Banheiros (2fem e 1 masc para alunos; 1 masc e 1 fem para professores; 1fem e 1 masc para funcionários)
- Duas pracinhas com cancha para futebol, dois balanços de pneus, dois escorregadores, um vai-e-vem, duas casinhas de bonecas, quatro conjuntos de balanços, gira-gira, labirinto, torre de pneus.
- Guarita (ESCOLA A, 2010, p. 17-18)

A comunidade que faz parte desta Escola originou-se da migração de diferentes pontos da cidade e do interior do Estado. Eram operários, pequenos agricultores, donas de casa, etc. que vieram em busca de melhores condições de vida.

Ao longo dos anos, a comunidade foi aumentando e se diversificando, novas ações foram desenvolvidas para melhorias no local. Em decorrência de atividades, como o Orçamento Participativo, algumas conquistas foram alcançadas e colaboraram para a melhoria da infraestrutura do espaço. Na medida do crescimento, através de uma votação passou a chamar-se bairro Mário Quintana.

Hoje, porém, se percebe que muitos moradores são oriundos de reassentamentos comunitários o que os faz transitórios e migrantes. Essa condição faz com que as pessoas se percebam individualmente nas suas necessidades, sem a preocupação da organização coletiva na busca de objetivos para melhorar a vida na comunidade.

Os moradores passam a maior parte do tempo fora da comunidade, realizando trabalhos diversificados, como: pintura, faxina, zeladoria de prédios, segurança, enfermagem (técnicos), coleta de lixo, etc. Também temos um número significativo de pais/mães que têm trabalhos temporários e muitos não trabalham, sobrevivem de ajudas assistenciais.

Nesta região, também há uma rede organizada para o atendimento dos problemas das crianças e dos adolescentes. São entidades comunitárias, núcleos de apoio comunitários, mantidos por Organizações Não-Governamentais, entidades filantrópicas e conveniadas com a Prefeitura da cidade, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Algumas, destas entidades, acolhem parte dos nossos alunos no turno inverso das aulas. Estas oferecem atividades recreativas e, também, de cunho pedagógico ao organizarem momentos de leitura, realização de tarefas escolares e atividades culturais.

### 3.2.2 Escola (B)

Localizada na zona norte da Cidade de Porto Alegre foi inaugurada em março de 1987, num conjunto residencial que ainda não havia sido habitado, a escola estruturava-se com dezoito salas de aula, o que atenderia no máximo um mil e duzentos alunos. O Conjunto Habitacional (COHAB) contava com um projeto arquitetônico que previa inicialmente trinta e dois núcleos compostos por quatro edifícios cada, tendo no centro uma área comum de lazer. No entanto, esse projeto não foi concluído e esse espaço foi ocupado, por pessoas que disputaram os apartamentos, muitos ainda em construção. Ao longo dos anos, esse espaço foi altamente modificado. Várias construções irregulares foram preenchendo o pouco espaço ainda disponível para uso comum. Garagens, comércios e outras edificações passaram a fazer parte da paisagem, juntamente com os prédios e o asfalto.

Com o passar do tempo, a escola cresceu e atualmente sua estrutura física conta com vinte e três salas de aula, sala da Direção, de professores, secretaria, almoxarifado, do SOP, da Coordenação de Turno e da Coordenação Cultural. Conta ainda com auditório, biblioteca, laboratório de informática, refeitório com cozinha, brinquedoteca, laboratório de aprendizagem, sala de integração e recursos - SIR, salas de volância<sup>1</sup>, laboratório de inteligência e aprendizagem urbana - LIAU, salas de oficinas (marcenaria e música), sala de educação física e sala destinada ao projeto de meio ambiente. Quadra poliesportiva e três espaços destinados à prática de esportes e playground.

Buscando estreitar a vinculação com a comunidade escolar, parcerias foram estabelecidas. A Associação de Moradores (AMORB) auxilia na divulgação de eventos da escola na comunidade através da Rádio e participa de reivindicações e mobilizações junto à escola. O Posto de Saúde procura colaborar com a assistência às famílias que apresentam grandes dificuldades em sua organização. A Igreja de confissão católica participa nos momentos de solidariedade e fraternidade junto à comunidade escolar. Procura-se também estabelecer um diálogo com as creches

---

<sup>1</sup> Espaço utilizado pelo Professor Volante (Itinerante) no atendimento aos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, sendo o atendimento na proporção de um professor para cada três turmas.

comunitárias e SASE's<sup>2</sup> da comunidade para acompanhar o desenvolvimento integral do aluno.

Atualmente, a escola expandiu suas atividades, oferecendo diversos projetos que ocupam o espaço físico da escola, inclusive aos finais de semana. Adiante explicitaremos os projetos desenvolvidos. Nesse sentido, caminha-se para a integralidade da educação, ao acompanhar as mudanças e exigências de nosso cotidiano globalizado. A escola está estruturada atendendo três modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

### 3.3 O PPP das escolas em análise

A convivência humana não é condição à priori de socialização. Neste assunto cabe nos reaproximar de Morin (2002) quando apresenta o conceito de homem num duplo princípio: o princípio biofísico e um psico-sócio-cultural:

O homem é um ser plenamente biológico, mas, se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível. A cultura acumula em si o que é conservado, transmitido, aprendido, e comporta normas e princípios de aquisição. (MORIN, 2002, p.52).

Assim, é preciso adquirir na ação com o meio cultural humano as condições que permitirão a comunhão com tudo quanto é da natureza humana. Na maioria das vezes encontramos essas condições na legislação. No caso da educação temos a LDBEN (1996), que nos artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, sobre a gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de

<sup>2</sup> Serviço de Apoio Socioeducativo (Sase) Atende crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de todas as regiões da cidade de Porto Alegre. Além do apoio socioeducativo, garante proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente. É desenvolvido no turno inverso ao da escola, oferecendo alimentação, apoio pedagógico e psicossocial e, quando necessário, encaminhamento aos serviços de saúde.

autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Os artigos da LDB, acima citados, dispõem que a

gestão democrática do ensino público na educação básica (...), oferece ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local. (VIEIRA, 2005, p. 12).

Na análise realizada nos documentos de duas escolas pertencentes a rede pública municipal foi possível observar que os PPPs apresentam os aspectos educacionais sonhados e idealizados pelos atores participantes das comunidades escolares.

A Escola A diz ser um

local de convivência, de troca entre diferentes experiências e concepções, configurando-se, assim, num espaço privilegiado para socialização de saberes e construção de conhecimentos. Ao estar aberta ao convívio e à busca do saber, converte-se em ambiente de acolhimento e de contato com situações que expressem organização, respeito, solidariedade, autonomia, criticidade e outros princípios que asseguram a promoção humana.(ESCOLA A, 2010).

A Escola B

se constitui como um espaço de aprendizagem e construção de conhecimentos, proporcionando o convívio social mediado pelo respeito ao ser humano.(ESCOLA B, 2010).

Mas foi possível identificar que na ação cotidiana do espaço escolar a realidade encontra-se bastante distanciada do sonho idealizado, uma vez que em suas falas os gestores apresentam grande desconforto com a presença dos responsáveis e interpretam tal atitude como um ato de fiscalização da prática educativa, situação que provoca um mal estar, e instabilidade emocional, gerando uma falta de confiança nas ações pedagógicas desenvolvidas.

Nos documentos analisados, PPPs, encontra-se apenas referencia da participação da comunidade no conselho escolar, não apresentando outras formas de envolvimento conforme preconiza em sua redação o Inciso VI do Art. 12 da LDBEN/1996, ao propor que a escola deve “articular-se com as famílias e a

comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” estabelecendo assim, outra importante dimensão da gestão escolar, uma relação que oportuniza espaço no acolhimento de todos os segmentos da comunidade.

Em nossa análise entendemos que no cumprimento ao estabelecido a participação dos segmentos de pais e alunos se restringe as vagas no Conselho Escolar, em ambas escolas. Essa ação pode ser considerada um avanço no processo de democratização da gestão escolar, uma vez que o segmento de pais tem um papel muito importante nas ações decisórias em relação à organização da instituição como um todo, bem como na participação dos processos gestores na escola e na conservação de todos os espaços físicos, bem como de materiais existentes e que são patrimônio de uso coletivo.

A escola necessita entender a comunidade na qual esta inserida, enquanto segmento de pais/responsáveis como uma parceira necessária, não só nos momentos de entrega das avaliações, mas principalmente para elaborar e implementar projetos que venham colaborar para a aprendizagem dos alunos.

Nesse ambiente de convivência perpassam vários aspectos a serem considerados como a saúde física e mental, as relações pessoais (de grupo e sociais). Sendo possível afirmar que elas interferem e contribuem na prática do trabalho desenvolvido na sala de aula.

Para melhorar as relações pessoais, precisamos desenvolver o respeito ao conceito plural das diferenças e a capacidade de ouvir e considerar a diversidade de opiniões relacionadas ao coletivo da comunidade. Neste sentido, valem todas as formas de envolvimento que venham qualificar a vida no espaço escolar.

### 3.3.1 Escola A

Utiliza algumas frases chavões tais como:

*A escola não é só o lugar de estudar é também o espaço de convívio, cada um com suas ideias.* (depoimento segmento funcionários)

*A participação dos pais na escola é muito importante para que os alunos realmente possam ser ajudados. A família precisa orientar,*

*pois só a escola não consegue dar conta. A escola não tem possibilidade de mudar tudo. (depoimento segmento pais)*

*O que a escola oferece faz diferença na vida, especialmente dos alunos de pouco poder aquisitivo, pois é só na escola que têm algumas oportunidades como a mexer nos computadores e usar a sala de informática. (depoimento segmento pais)*

*O interessante é que os alunos pudessem se ocupar no tempo em que dispõem com atividades dentro da escola. (depoimento do segmento pais).*

*Escola é lugar de aprendizado para se chegar a um nível mais alto de conhecimento e de educação, respeitando o lugar e as pessoas onde se vive. É também espaço de divertimento, relacionamento e troca de ideias. (depoimento segmento alunos)*

*Escola... lugar de fazer a diferença, ninguém é igual ao outro. (depoimento segmento alunos)*

*Na escola (...) os professores são mais firmes, mas ainda falta organização na circulação pelos corredores e nas salas. Há brigas entre os alunos. (depoimento segmento alunos)*

para ilustrar o documento na tentativa de com essa ação afirmar a existência de uma participação efetiva da comunidade, mas não encontramos vestígios de que as ações citadas nas frases, realmente ocorra.

Percebem-se, ainda alguns desencontros no documento, tais como: citações que no contexto do documento não se encontra implícita nem explícita, uma teoria, pois para a proposta metodológica, apresenta: Tema Gerador, Mapa Conceitual, Projetos e Competências por Habilidades. Conforme detectado:

A escola também propõe um ensino apoiado em **competências e habilidades**, entendidas estas como o conjunto de atitudes, capacidades e aptidões, assim como as habilidades de saber-conhecer, saber-fazer, saber-conviver e saber-ser. [...] Para efetivar a proposta, a escola considera os modos de organização do trabalho por Tema Gerador e Projetos. Estes foram escolhidos por considerarem as características, os interesses e as necessidades do grupo envolvido e, por oportunizarem a participação dos alunos no planejamento do trabalho. (ESCOLA A, 2010, p. 15-16)

Quando trata do currículo, trabalha com posições diferentes, misturando estas posições, sem clareza alguma. Num primeiro momento apresenta uma linha mais crítica quando diz que “O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdos. Tem um caráter político e histórico e também constitui uma relação social” (ESCOLA A, 2010, P. 12), mas na página 13, manifesta oposição sobre a necessidade de cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais ao dizer “Porém ela não é suficiente, pois coloca esta discussão em lugar provisório e transversal.”

Pela redação do PPP constata-se que o Desenho Curricular, apresenta uma distribuição simplesmente disciplinar. O texto não fornece maiores detalhes sobre como pretende organizá-lo.

### 3.3.2 Escola B

Apresenta um documento inconcluso, descrevendo a história e as características da estrutura física e do funcionamento da escola de forma bem técnica e administrativa, sempre voltadas para as atribuições das pessoas que ficarão responsáveis por cada setor. Quanto à participação da comunidade, ou seja, dos segmentos de pais e responsáveis, tal qual a Escola A, se restringe ao Conselho Escolar.

O currículo da escola

prever uma atitude interdisciplinar estabelecendo uma nova relação entre os conteúdos e a realidade dos educandos. Os conteúdos serão selecionados e desenvolvidos, pressupondo-se que currículo e realidade interagem, influenciando-se mutuamente. (ESCOLA B, 2010,P. 7)

Mas não explícita como irá se desdobrar na prática esse currículo.

Como proposta metodológica, apresenta metodologia de Projetos e Competências por Habilidades, mas não define como será desenvolvida a proposta. Assim como no texto não se faz presente nenhuma proposta de Desenho Curricular.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise realizada sentimos um grande silêncio causado pela ausência dos sujeitos que deveriam estar implicados com o contexto escolar e comprometidos na gestão educacional com vistas a garantir a melhoria da qualidade da educação. Foi possível detectar a falta de filosofia pedagógica, uma vez que os gestores não apresentam as relações esperadas e necessárias para garantir o nível de qualidade proposto pelo discurso que permeia a educação. Os gestores não consideram a possibilidade de contribuição dos pais nas propostas da escola e simplificam a participação dos mesmos nas tomadas de decisões. O PPP, tanto de uma escola, como da outra, se “contradizem” ao elencar objetivos “sonhados” e não apontando para aspectos reais de seu cotidiano.

Com esse trabalho, nossa intenção foi analisar os PPP para compreender como acontecia participação de todos os segmentos da comunidade escolar, consolidando a gestão democrática. Os documentos analisados, das duas escolas, estão permeados por um discurso de autonomia e de qualidade na educação, mas é possível verificar em sua redação que na realidade o vínculo com a rede restringe, por divergências conceituais, a amplitude tanto da autonomia, quanto da qualidade.

A qualidade na educação é tema de discussão nos mais diferentes espaços sociais, políticos e econômicos de vários países. Mas, para que ocorra desenvolvimento, o estado deve vincular seu crescimento a qualidade de sua educação. Sabemos que conceituar qualidade da educação envolve um conjunto de variáveis no âmbito das relações que perpassam os limites e possibilidades dos espaços educacionais. Porém, não podemos perder de vista que o conceito de qualidade é histórico e sistêmico e que apresenta mudanças conforme as necessidades do processo social. O que nos oportuniza apresentar e defendermos o entendimento por uma educação de qualidade.

Diante do exposto estamos certos de que a escola não é a única responsável pelas transformações sociais, mesmo reconhecendo ser ela o elo que corrobora com seu espaço físico e democrático, possibilitando a convivência dos sujeitos implicados no processo educativo.

É possível colher bons frutos se houver uma interação entre os sujeitos representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Todavia, ainda não completamos a carreira da pesquisa, na verdade apenas iniciamos, ainda temos muito a ser olhado e analisado. Para que assim possamos contribuir com a formação social de nossos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli (Org). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 3.ed.São Paulo: Papirus, 2002.

ARDOINO, Jacques. **Para uma pedagogia socialista**. Brasilia: PLANO Editora Ltda., 2003.

AUSUBEL, D. P. **A Aprendizagem Significativa: a Teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

BOBBIO, Norberto. Política, In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 9ª ed. trad. Carmem C. Varriale et al. Brasilia: UNB, 1997. Vol. 1 e 2.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <Disponível em < [www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/)>. Acesso em: 26 ago 2011.

\_\_\_\_\_. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.<Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acesso em: 25 Jun 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.172/01 – Plano Nacional de Educação. Disponível em:<[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 03 jul 2011.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2006, vol.11, n.31, pp. 7-18.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010: Fixa Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção1, p.34.

CUNHA, Antônio G. de. Dicionário Etimológico Nova Fronteira. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

DANTAS, Heloysa. A afetividade a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, In La Taille, Yves de ET allí, **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. Em Aberto, Brasília, ano 6, n. 36, out/dez. 1987.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**.8.ed.São Paulo:Cortez, 2003.

**Em Aberto**, Brasília, v.17 n. 72. fev/jun. 2000.

**ESCOLAA**. Projeto Político Pedagógico. Porto Alegre, 2010.

**ESCOLAB**. Projeto Político Pedagógico. Porto Alegre, 2010

Fazenda, Ivani (Org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 8.ed. São Paulo:Cortez, 2002.

FERREIRA, Liliana Soares. Gestão do Pedagógico: de qual Pedagógico se fala. Disponível em:< <http://www.curriculosemfronteira.org>> Acesso em: 18 mai. 2010.

FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação: resignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. *Gestão da educação:impasses, perspectivas e compromissos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004-1

\_\_\_\_\_. Repensando e resignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. In: **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. <Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619.pdf>> acesso em 13 jul 2011.

\_\_\_\_\_. **A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação**: desafios e compromissos. In:

\_\_\_\_\_. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO. Maria Amélia S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 31, n. 3. 483-502, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, Howard. **As artes e o desenvolvimento humano: um estudo psicológico artístico**. Trad. Maria Adriana Verissimo Veronese, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENESES, Maria Paula. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra Portugal: Almedina: 2010. Coleção CES. Série Conhecimento e Instituições

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

MORIN, Edgar. **O Método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina: 2001.

\_\_\_\_\_. **O Método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Ed. Sulina. 1999.

\_\_\_\_\_. **O Método 4: As Idéias**. Porto Alegre: Ed. Sulina. 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Editora Cortez, 5ª edição. São Paulo, 2002.

PETRAGLIA, Izabel C. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Olhar sobre o olhar que olha: complexidade, holística e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

**Revista Ibero americana de Educación** n.º 43/2 – 10 de junio de 2007

**Revista de Humanidades**, Fortaleza v. 24, n.1, jan./jun. 2009

RODRIGUES, Cármem Lúcia. ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis. **Educação de jovens e adultos**: Algumas questões. Disponível em:  
<<http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisa/2004/resumos/pedagogia/seminario/233.PDF>> Acesso em: 07 mar. 2011

TAUCEDA, Karen Cavalcanti. **Aprendizagem de conceitos biológicos através do estudo das representações mentais**. Disponível em:  
<<http://hdl.handle.net/10183/17423>> Acesso em: 12 set. 2010

TAVARES, Helena Isabel Neto de Oliveira. **Uma lupa sobre a escola: um caleidoscópio de emoções**. Disponível em:  
<<http://br.monografias.com/trabalhos3/lupa-escola-caleidoscopio-enocoos/lupa-escola-caleidoscopio-enocoos.shtml>> Acesso em: 02 out. 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino - Aprendizagem e Projeto Político - Pedagógico.5.ed. São Paulo: Libertad, 1999.

\_\_\_\_\_. **Planejamento**: Projeto de Ensino - Aprendizagem e Projeto Político - Pedagógico.5.ed. São Paulo: Libertad, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico**. Campinas SP: Papyrus: 1995

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão**: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.